

NOTAS SOBRE A ECONOMIA RICARDIANA

*Tadeu Silvestre da Silva**

*O homem não é um enigma como imaginais
só para terdes o prazer de decifrá-lo.*

VOLTAIRE

Resumo

O pensamento de David Ricardo, após quase duzentos anos, continua vigoroso, figurando em muitos de seus aspectos nos manuais de economia. O presente artigo apresenta topicamente alguns dos mais importantes temas discutidos por David Ricardo e que conservaram contemporaneidade. Talvez a principal qualidade de sua análise (muitas vezes, alvo de crítica), o método lógico-dedutivo, desconsidera a história. Assim, Ricardo aperfeiçoou a teoria do valor-trabalho e a teoria do comércio exterior e desenvolveu a teoria da renda fundiária, a seguir comentadas.

* *Tadeu Silvestre da Silva* é graduado em Ciências Econômicas e pós-graduado em Gestão Empresarial na Faculdade São Luís, onde também é docente das disciplinas *História do Pensamento Econômico*, *História Econômica Geral* e *Economia Brasileira*.

Palavras-chave

Economia ricardiana, teoria do valor-trabalho, teoria da renda da terra, teoria clássica do comércio internacional.

Introdução

O presente artigo apresenta resumidamente algumas das principais idéias e teorias de David Ricardo, figura máxima da escola clássica inglesa ao lado de Adam Smith. Assim, são abordadas a teoria do valor-trabalho incorporado, a teoria da renda fundiária e a teoria das vantagens comparativas. Com relação à primeira, merecem destaque a crítica à teoria de Smith, que, segundo Ricardo, propõe um entendimento a respeito das sociedades primitivas ou pré-capitalistas e outro para as sociedades avançadas, provavelmente capitalistas. Em meio a essa crítica, Ricardo afasta-se do padrão invariável de valor pretendido por Smith e apresenta uma teoria que considera as modificações na equação do valor a partir de variações em suas componentes. Quando trata da teoria da renda fundiária, Ricardo revela a importância de reformas institucionais na Grã-Bretanha, baseadas especialmente na revogação da ‘Lei dos Cereais’. Na época, havia um caloroso debate a respeito dessa lei, acentuando rivalidades entre a classe industrial, de um lado, e as de arrendatários capitalistas e de proprietários de terras, de outro. Ricardo, que se colocou a favor dos industriais, apresentou brilhante argumentação, provando teoricamente que a preservação das *Leis dos Cereais* poderia comprometer por completo o futuro industrial e de vocação ao comércio exterior daquele país. A teoria das vantagens comparativas, outro termo colocado à economia de Smith, apresenta o comércio como a saída estratégica ao país do implacável estado estacionário, consequência inevitável, segundo Ricardo, para da eventual manutenção do protecionismo à agricultura doméstica.

1. Apontamentos bio-bibliográficos

David Ricardo (1772-1823) nasceu em Londres, no seio de uma família judaica de origem holandesa. Seu pai, Abraham Ricardo, era um dos doze irmãos judeus que possuíam permissão para atuar como corretores da Bolsa de Valores de Londres. Ricardo começou a trabalhar cedo, aos 14 anos, ao lado de seu pai, com quem rompeu relações, aos 20 anos de idade, por se casar com uma *quaker* e se converter ao

cristianismo. Talento e dotado de singular rapidez de raciocínio, muito cedo também tornou-se dono de grande reputação como profissional do mercado financeiro. Com isso, foi capaz de acumular fortuna por suas próprias forças, condição que lhe garantiu manter alto padrão de vida após o rompimento com o pai. Antes dos trinta anos, tornou-se rico proprietário de terras e, assim, pôde se afastar precocemente do mundo dos negócios para se dedicar exclusivamente aos estudos de Economia.

Curiosamente, um dos maiores representantes da economia política clássica foi um autodidata; não freqüentou a universidade. Mesmo assim, nenhum catedrático era tolo o bastante para se lhe opor publicamente; exceção feita, é claro, ao Prof. Malthus, com quem travou um duelo de idéias que entrou para a história do pensamento econômico. O primeiro contato de Ricardo com a economia política ocorreu com a leitura de *A riqueza das nações*, em 1799, quando, impressionado com a obra de Smith, interessou-se pela disciplina. Mas foi necessário um hiato de cerca de onze anos até que debutasse como escritor de economia, publicando o ensaio *O preço do ouro: uma prova da depreciação do papel moeda*, no periódico *Morning Chronicle*. Nele, Ricardo tratou de aspectos de política monetária. Adotando uma visão quantitavista, atribuía a inflação da época ao descontrole das emissões de moeda, contrapondo-se à tese então dominante, segundo a qual o problema se devia ao aumento dos preços dos cereais.

De acordo com seu ponto de vista, havia uma desproporção entre o produto da economia e seu equivalente em moeda. Em pleno período das guerras napoleônicas, a emissão de moeda havia sido a alternativa à sustentação do estado beligerante. A primeira incursão de Ricardo no mundo intelectual gerou polêmica e lhe rendeu, da parte dos críticos, o rótulo de *bullionista*. Isto porque, para a obtenção da estabilidade do nível geral de preços, sua recomendação era um retorno ao padrão-ouro. Ricardo acreditava que a estabilidade da moeda e dos fluxos de capitais estariam assegurados pelo automatismo inerente ao regime cambial metálico, prescindindo-se da interferência dos governos. Seus adversários (banqueiros, ministros e *antibullionistas*, de modo geral) não aceitavam a idéia de que havia excessiva emissão de moeda. Para eles, a inflação tinha origem endógena no sistema creditício, nos elevados gastos públicos e na queda das exportações.

A forma como Ricardo venceu seus críticos foi brilhante. Tanto assim que o resultado líquido de seu primeiro ensaio foi a fama, com

direito a um lugar de destaque no circuito dos debates econômicos da época. A partir de então, manteve-se em evidência, escrevendo diversos artigos importantes. Um deles foi seu *Ensaio sobre a influência do baixo preço do trigo sobre os lucros do capital, mostrando as inconveniências das restrições à importação*, de 1815. O problema tratado no *Ensaio*, que será comentado mais adiante neste texto, eram as conseqüências do protecionismo promovido pelas *Leis dos Cereais* para o lucro e a acumulação. Nele, Ricardo mostrava como a proteção ao produto agrícola nacional, menos eficiente, acabaria provocando a escalada dos salários (para se manter a subsistência do trabalhador) e a queda sistêmica da taxa de lucro. No final de tudo, as tais leis promoveriam, na verdade, uma transferência de riqueza das classes capitalistas para a classe de senhores de terras. Por conseguinte, cada vez menor proporção do produto social se destinaria ao investimento, provocando uma contínua e crescente desaceleração das taxas de crescimento econômico, culminando com a total estagnação econômica.

A primeira edição de sua obra máxima, em 1817, *Princípios de economia política e tributação*, nasceu do debate sobre as *Leis dos Cereais* e do incentivo de James Mill¹. O sucesso foi imediato, tanto pela fama, de que já desfrutava, quanto pela competência na exposição das idéias. Até sua morte, que aliás foi precoce², o livro ainda foi reeditado duas vezes. Nele, é abordada uma ampla gama de temas, dentre os quais: política monetária, teoria dos lucros e da renda da terra, teoria do valor e da distribuição, teoria do comércio internacional. Algo que torna evidente o poder da análise de Ricardo é o fato de que, mesmo após quase dois séculos da primeira edição de seus *Princípios*, muitas de suas idéias ainda continuam vivas no meio acadêmico e no debate econômico, de modo geral.

Ricardo foi considerado o sucessor natural de Adam Smith e co-fundador da economia política, ainda em vida, tamanha foi sua importân-

1. ARAÚJO (1988:34) conta que *Ricardo sentia grande dificuldade em redigir. Ele próprio registrou esta dificuldade em cartas a amigos. James Mill, grande economista com quem Ricardo mantinha relações de amizade, instava para que ele publicasse suas idéias e reflexões.* LEKACHMAN (1973) destaca também que *Ricardo não era leitor sistemático* (p.156). Muito severo consigo, confessava-se ser o resultado de uma *educação negligente* (p.153) e *talvez tenha sido o fundador da escola de economistas ingleses que preferem inventar as coisas a investigá-las* (p.156).

2. David Ricardo faleceu aos 51 anos, vítima de uma inflamação no ouvido.

cia para o desenvolvimento e difusão da então jovem Ciência Econômica. Dedutivo e formal, o método de exposição ricardiano tornou-se um divisor de águas no tratamento metodológico dos problemas da disciplina. Holanda (1996:5) reforça que sua obra *marca o aparecimento da economia como ciência plenamente constituída de objeto e método*.

Em 1819, a despeito de sua preterição ao discurso, Ricardo elegeu-se membro da *Câmara dos Comuns*³. Ao tornar-se um membro do poder legislativo, pretendia exercer influência sobre os rumos da política econômica inglesa. Decerto, fê-lo de forma magistral, convencendo muitos membros da câmara a endossar reformas altamente significativas para os destinos da Grã-Bretanha. A teoria da estagnação, ou estado estacionário, de Ricardo, foi alvo de críticas por partes de economistas e historiadores⁴. Segundo seus desafetos, ele não foi capaz de prever as mudanças tecnológicas que se sucederam na agricultura nos séculos subseqüentes. Hunt (1982), porém, o defende; tais argumentos baseiam-se, segundo ele, em mal-entendidos. Em nenhum instante, Ricardo tivera a pretensão de fazer previsões sobre aquilo que ocorreria no futuro próximo, pois, na verdade, seu objetivo era convencer o Parlamento a realizar as reformas que julgava necessárias. Ricardo alinhava-se claramente do lado dos industriais e demonstrava grande habilidade e entusiasmo na defesa dos interesses dessa classe. Em seus inflamados discursos, dois futuros aguardavam a Grã-Bretanha: um, agrícola e isolacionista e, outro, industrial e voltado ao comércio exterior. Caso houvesse lucidez por parte dos legisladores, o segundo era a promessa de que o país se tornaria a *oficina do mundo*. Para tanto, bastaria apenas afastar dois grandes males: a dívida nacional e a tão fadada *Lei dos Cereiais*. A ação política de Ricardo também concorreu para o fim da *Lei dos Pobres*, que garantia uma renda mínima àqueles que não a possuíam. Tal lei era uma instituição remanescente do mercantilismo inglês. Os ataques às Leis dos Pobres — sustentados teoricamente pelo princípio da população — eram um dos poucos pontos de convergência entre Ricardo e Malthus.

3. Ao lado da Câmara dos Lordes, a Câmara dos Comuns, que tem seus membros eleitos pelo voto, integra o corpo legislativo britânico. A tal casa, cabe a responsabilidade da criação de impostos e da aplicação de verbas públicas, assim como o poder de fiscalização dos ministros.

4. Thomas Carlyle, historiador e romancista britânico, tomando como referência o pessimismo da teoria do estado estacionário e das previsões de Thomas Malthus, rotulou a economia política de ciência lúgubre, sombria.

Muitos dos sucessores de Ricardo destinaram-lhe outras críticas não menos duras. Suas artimanhas retóricas tornaram-se alvo de muitos de seus algozes. Repetidas vezes, acusaram-no de inverter a ordem entre o objeto de análise e a conclusão sobre ele, atitude que recebeu, por parte de Joseph A. Schumpeter, o famoso rótulo de *vício ricardiano*. Parece, portanto, que até as críticas de seus desafetos intelectuais ressaltam a perspicácia da argumentação de Ricardo.

2. Condições institucionais da época de Ricardo e as influências por ele sofridas

Quarenta e um anos separam o lançamento de *A riqueza das nações* da publicação dos *Princípios de economia política e tributação*. Nesse ínterim, não surgiu sequer uma única obra de monta, apesar dos inúmeros panfletos e periódicos tratarem de temas relacionados à economia política. Durante o período, a Inglaterra passou por radical transformação. Encerrava-se, ali, o período histórico conhecido como a Primeira Revolução Industrial, marcado pela combinação de eventos de três naturezas distintas. Primeiro, a reorganização industrial, com a conversão dos artesãos remanescentes em proletários e a redução do número de intermediários do comércio, permitiu maior autonomia às manufaturas. Segundo, significativos avanços propiciados pelas invenções do tear mecânico, pela tecnologia a vapor e pelas estradas de ferro, pelas melhorias nos processos de mineração e siderurgia. E terceiro, a conclusão do processo de *enclosures* — cercamento dos campos —, que contribuiu para a ampliação dos contingentes de mão-de-obra disponíveis nos centros urbanos. Mas a nova realidade alternava momentos de crescimento econômico com momentos de crise, em que os capitalistas viam seus lucros caírem. Simultaneamente, o desemprego tornara-se freqüente e a miséria o acompanhava, agravando a situação socioeconômica nas cidades e motivando revoltas e agitação da parte do operariado.

Do ponto de vista ideológico, Ricardo foi influenciado pelos ideais de *liberdade, igualdade e fraternidade*, da Revolução Francesa. Aliás, não só Ricardo, mas alguns setores das elites européias nutriam certa simpatia pelo conflito, notadamente pela sua insurgência frente à tradição absolutista e aristocrática. A nova fase do capitalismo, ora em afirmação, carecia da materialização desses ideais.

Do lado intelectual, considerando-se de antemão a influência recebida de Smith, Ricardo, em maior ou menor grau, direta ou indiretamente,

também a recebeu de outros economistas de sua época. Contemporâneo de Thomas Malthus, Ricardo aceitava a *teoria da população* e até as idéias deste a respeito dos operários e das causas da pobreza. Mas, em que pese esses pontos em comum, ambos eram adversários intelectuais, com discordâncias marcantes. Tal condição, no entanto, sempre ficou circunscrita ao campo das idéias, uma vez que os dois mantiveram por toda a vida laços de profunda amizade e admiração mútuas. Essa verdade é confirmada pelas cartas que trocavam. Como exemplo, o trecho da carta de Ricardo a Malthus, datada de 31 de agosto de 1823:

Como outros oponentes, após muitas discussões continuamos a ter nossas próprias opiniões. Entretanto, essas discussões nunca influenciaram nossa amizade; e não gostaria mais de você se concordasse com meus pontos de vista (Ricardo apud Barber, 1976:78).

Ademais, também é oportuno destacar a influência que Ricardo recebeu de James Mill, a quem obviamente muito admirava e de quem emprestou o sistema filosófico. Outro matiz de seu sistema lógico adveio de Jeremy Bentham, uma vez que aceitava, mesmo que implicitamente, a idéia do cálculo da dor e do prazer. Por este também foi influenciado em sua perspectiva referente à função do Estado e sua representatividade democrática e na educação, tendo a liberdade total do indivíduo limitada apenas pelas leis como vetor principal do desenvolvimento. De Bentham, suas idéias sobre a revogação da *Lei dos Pobres* também encontram origem. Todavia, faça-se justiça, em sua obra, não podem ser encontradas influências diretas tanto de Mill quanto de Bentham, o que encontra explicação mesmo no fato de que ambos não possuíam conhecimento de Economia que se equiparasse ao de Ricardo.

Por último, vale destacar o fato de que Ricardo não só adotou como também aperfeiçoou o pressuposto de Jean-Baptiste Say, que, em essência, afirmava que a oferta gera sua própria demanda, sendo assim, inadmissível a hipótese de crise sistêmica. Esse fenômeno seria, por isso, circunstancial e possível somente em setores particulares, jamais na economia como um todo. Se o preço de uma mercadoria aumentasse, os lucros extraordinários oferecidos pelo setor em questão atrairiam os capitalistas com o objetivo de aproveitar a oportunidade. O maior número de produtores nesse segmento de mercado reduziria o lucro, fazendo com que a taxa retornasse a uma taxa média.

3. A teoria do valor-trabalho

No esquema analítico ricardiano, a teoria do valor ocupa posição central, muito embora o próprio Ricardo afirmasse sua prioridade em relação à distribuição de renda entre as classes sociais. Diversamente de Smith, em suas reflexões sobre o valor, o propósito de Ricardo foi o de entender os efeitos das variações dos preços relativos sobre a distribuição de renda, e os impactos desta sobre o crescimento econômico.

Munido de instrumental analítico mais adequado, Ricardo concentrou atenção sobre questões que, posteriormente, ocupariam os economistas, como a determinação dos preços. Outro detalhe de relevo é o fato de que a Ricardo não interessava o estabelecimento de uma medida invariável de valor. Aliás, ele não acreditava mesmo em sua existência. Por perceber que o trabalho necessário à obtenção das mercadorias pode variar com o tempo e os avanços tecnológicos, descartou a possibilidade de atribuir a algo o qualificativo de medida invariável ou estável de valor, no tempo e no espaço à maneira de Smith.

Ricardo aperfeiçoou a teoria smithiana do valor trabalho — que não é senão uma teoria dos custos de produção —, por perceber nela uma série de inconsistências lógicas. Os custos de produção (terra, trabalho e capital), de natureza incomensurável e heterogênea, só podem ser somados se reduzidos a um denominador comum. Todavia, como o próprio Smith já observara, reduzi-los a seu valor em dinheiro não era absolutamente a solução adequada. Necessário, mesmo, era identificar o que os tornava equivalentes em dinheiro. E este é o ponto de partida da análise do valor econômico em Ricardo.

À questão, pareciam possíveis somente duas respostas. A primeira pressupunha a redução das três componentes do valor apresentadas por Smith (terra, trabalho e capital) a uma quarta, a utilidade. Conquanto, a aparente relação inversa⁵ entre valor de uso e valor de troca *per se* anulava essa resposta: *a utilidade, portanto, não é a medida do valor de troca, embora lhe seja absolutamente essencial* (Ricardo, 1996:23). Entende-se que a utilidade faz o preço girar em torno de seu valor real, sem com isto, determiná-lo; ponto de concordância entre Ricardo e Smith.

5. Lembrar, neste caso, o paradoxo econômico da água e do diamante, utilizado como exemplo da relação inversa entre valor de uso e valor de troca, por Smith, na seção anterior.

Uma segunda resposta à questão — aparentemente, a mais apropriada por permitir generalizar uma concepção a respeito do valor — partiria da redução de duas das três parcelas do custo de produção a uma quarta, no caso, o trabalho incorporado ou trabalho necessário à produção do bem econômico. O valor das mercadorias poderia ser expresso em termos monetários e decomposto em custos de produção que, por seu turno, poderiam ser expressos em termos do trabalho humano empenhado em sua produção. Todavia, antes de construir sua teoria do valor, Ricardo classifica as mercadorias segundo sua possibilidade de reprodução. Existiriam, pois, duas categorias distintas de bens:

- a) bens suscetíveis de reprodução limitada, cujo valor é regulado por sua raridade, oscilando, deste modo, conforme oferta e procura, sem jamais alcançar um ponto de equilíbrio. Enquadram-se, nesta classe, obras de arte, velhos vinhos, jóias raras etc. O valor destes bens é regulado unicamente por sua escassez;
- b) bens de reprodução ilimitada, de valor regulado pelo seu custo de produção, consoantes a uma lei geral e cujo preço gira em torno de um ponto de equilíbrio. Integram esta classe toda a sorte de mercadorias que a sociedade pode, a despeito da escassez de recursos, reproduzir em série.

É daí que Ricardo conclui: *possuindo utilidade, as mercadorias derivam seu valor de troca de duas fontes básicas: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las* (ibid:24). No entanto, ao intento de fundamentar logicamente o trabalho incorporado como fator que subentende todos os custos de produção e que, ao mesmo tempo, rege todas as relações econômicas, ainda se obstavam alguns problemas históricos. O primeiro respeitava aos preços em monopólio, que não se identificam com a soma exata dos custos de produção, sempre os superando. Portanto, são diferentes dos preços do valor em trabalho, que vigoram somente em concorrência perfeita. Assim, o valor da mercadoria em trabalho só valia para preços em mercados concorrenciais. Os de monopólio Ricardo simplesmente excluiu de seu modelo analítico, uma vez que, a exemplo

dos velhos vinhos e quadros [não suscetíveis de reprodução ilimitada e regulados pela oferta e demanda⁶], *são demasiado insign-*

6. O valor das mercadorias raras *oscila com a modificação da riqueza e das preferências daqueles que desejam possuí-los* (RICARDO, 1996:24)

nificantes na vida econômica para prejudicar materialmente a unidade e o rigor da economia (Heimann, 1976:101).

Ricardo alega que essas exceções à regra do valor-trabalho não provocam alterações representativas na forma como o produto é distribuído entre as classes e nem tampouco chegam a projetar efeitos significativos sobre a acumulação de capital. Sem embargo, a lei geral deduzida por Ricardo não perde a validade ante as exceções. Afinal de contas, o economista pode ser comparado a um fotógrafo que busca retratar a realidade que o cerca, conquanto jamais consiga fazê-lo em sua total complexidade. O importante é, na verdade, captar o âmago das questões estudadas. E Ricardo o fez com maestria.

Um segundo problema a considerar seria o da renda da terra. Smith não foi capaz de justificar, em termos do valor-trabalho, a presença dessa componente entre os custos de produção. Ricardo excluiu a renda fundiária do cômputo do valor da mercadoria. A renda não é uma compensação ao trabalho penoso dos trabalhadores nem tampouco ao tempo de espera do empresário, mas uma porção do produto da terra paga ao latifundiário pelo *uso das forças originais e indestrutíveis do solo* (p.49) e surge com a escalada do preço dos produtos agrícolas, determinada pelo crescimento populacional. Portanto, a renda não encontrava justificativa em termos do esforço do proprietário do solo; não era senão consequência de fatores alheios à teoria do valor trabalho incorporado. Desse modo, Ricardo descaracteriza a renda enquanto componente do custo total. Esse assunto será tratado em maiores detalhes mais adiante.

O terceiro e último óbice era o lucro do capital: como explicá-los em termos de trabalho humano? A exemplo dos demais clássicos, o esquema ricardiano considera o lucro e os juros integrantes de uma mesma categoria econômica. Ricardo os tratou como unidade, convertendo-os em trabalho. O ponto de partida foi a reformulação do ponto de vista smithiano a respeito da equação do valor. O exemplo hipotético utilizado é o mesmo apresentado por Smith: o da sociedade de caçadores. Só que bem diferente deste, demonstrou que já existia capital naquela economia primitiva. Ricardo, assim, ousou criticar Smith:

Mesmo no estágio primitivo ao qual se refere Adam Smith, algum capital, embora possivelmente fabricado e acumulado pelo próprio caçador, seria necessário para capacitá-lo a matar sua presa. Sem a arma, nem o castor nem o gamo [cervo] poderia ser morto (ibid:30-31).

Esse trecho revela a concepção de Ricardo a respeito da formação do capital. Para ele, capital consiste na parte da riqueza nacional empenhada na produção. Por isso, capital pode ser representado pelas roupas e alimentos, matérias-primas, máquinas, edificações e outros implementos exigidos pelo trabalho produtivo, transformador de coisas para o consumo humano.

Na atribuição do valor de troca ao castor, não é computado apenas seu valor em termos do tempo despendido pelo caçador até matá-lo, como afirmara Smith. Deve-se considerar também o tempo despendido na produção das armas necessárias à caça. Em outras palavras, o tempo necessário à formação ou acumulação do capital. Logo, a proporção das trocas envolvendo os caçadores do castor e do cervo terão por base todo o trabalho acumulado até atingir seus objetivos. Considera-se, pois, tanto o trabalho presente quanto o trabalho passado, mesmo que os próprios caçadores tenham produzido os instrumentos utilizados na captura de suas presas.

Em vista disso, a relação de troca entre o castor e o cervo não será mais necessariamente de 1 para 2, como defendera Smith. Na verdade, dependendo do tempo necessário à obtenção das armas, essa relação deverá ser alterada. Poderá chegar a 1 castor para cada 4 cervos, por exemplo, na hipótese de a produção das armas para caçar o castor exigirem mais horas de trabalho. Com esses argumentos, em contraposição a Smith, Ricardo reformula a teoria do valor e constrói a base de sua *teoria do valor (trabalho) incorporado*.

Ricardo aperfeiçoa o conceito de valor de Smith, criticando a distinção da determinação do valor nas duas sociedades, primitiva e avançada: para a primeira era o trabalho a medida real ou a essência do valor; para a segunda, era o custo de produção ou trabalho comandado que regulava o valor da mercadoria. Ricardo assevera que, em todas as épocas, o trabalho sempre foi *a causa do valor; portanto, não há valor sem trabalho* (Hugon, 1992:131). Diante disto, a teoria do valor incorporado era válida para as duas sociedades de Smith. Tanto a sociedade primitiva quanto a avançada tinham o valor explicado pela mesma equação: valor *é igual* a capital *mais* trabalho.

O valor da mercadoria era dado por seu custo em trabalho incorporado (*imediatamente* e *mediato*), acumulado em todos os estágios do processo de produção do bem e a contribuição relativa dos instrumentos utiliza-

dos para tal fim. Isto significa que, ao produzir uma mercadoria, devem ser computados não apenas o custo da mão-de-obra, mas também o custo do trabalho incorporado pelos instrumentos utilizados⁷ (máquinas e equipamentos, por exemplo). Afinal, a produção de máquinas e equipamentos, em geral, também é o resultado do trabalho humano, muito embora isto tenha ocorrido no passado. Com efeito, esses meios de produção também carregam consigo uma quantidade de trabalho incorporado. Assim, em vez de creditar à máquina a parcela do valor da mercadoria que supostamente lhe caberia, Ricardo atribuiu ao valor do bem final o trabalho daquele que a utilizou para este fim e o trabalho daqueles que construíram o instrumento produtivo, uma vez que transformar objetos para consumo final é uma atividade exclusivamente humana.

Todavia, a composição do valor deduzida por Ricardo — até este ponto — valia apenas para uma análise de curto prazo. Não obstante a crítica a Smith no que se refere à existência do capital mesmo em sociedades primitivas, a visão de Ricardo, até este ponto, não difere totalmente daquela manifestada por Smith em *A riqueza das nações*. Afinal, o trabalho continuava sendo considerado como medida invariável de valor.

Para o longo prazo, porém, esse esquema teórico poderia ser inconsistente. Com esse sentido, conforme se aprofundou na análise, Ricardo pôde inferir que, no longo prazo, o valor se modificava em virtude de alterações nas componentes salário e capital (de acordo com a exposição a seguir). Assim, parecia-lhe ilusória a idéia de Smith ter encontrado no trabalho o denominador comum do valor. Tal constatação tornaria ainda mais aguda sua crítica à teoria smithiana. Daquele ponto em diante, o programa analítico do valor requeria um tratamento de caráter mais dinâmico, capaz de considerar a interferência de modificações em suas componentes, ao longo do tempo.

Em outras palavras, das diferenças nas combinações entre o valor empreendido em máquinas, ferramentas, edificações ou outras formas de capital e o valor envolvido em adiantamentos à mão-de-obra (salários), dependerá a contribuição do capital ao cômputo do valor total da mercadoria. Ocorreu-lhe, portanto, que o capital tem natureza heterogê-

7. Não se deve esquecer que a máquina, dedutível em trabalho mediato, pertence ao capitalista e é utilizado no processo de produção. Esta é classificada, portanto, como capital.

nea; e o aspecto que permite diferenciá-lo é o tempo de retorno financeiro. Por isso, classificou-o em *capital circulante* e *capital fixo*. O capital circulante permite um menor prazo de retorno; ao passo que o capital fixo exige período mais longo. Em outras palavras, à medida que o capital circulante é consumido em pequeno período de tempo e, por isto, é reproduzido em pequenos intervalos, o consumo do capital fixo é mais demorado, servindo a vários ciclos de produção. As próprias palavras de Ricardo (1996:35-36) reforçam tais considerações:

Os alimentos e as roupas consumidas pelo trabalhador, o edifício em que ele trabalha e os instrumentos com os quais sua atividade é realizada, são todos de natureza perecível. Existe, no entanto, uma grande diferença no tempo de duração desses diferentes capitais: uma máquina a vapor durará mais do que um navio, um navio mais do que a roupa do trabalhador, e a roupa do trabalhador mais do que o alimento que ele consome. Dependendo da rapidez com que pereça, e a frequência com que precise ser produzido, ou segundo a lentidão com que se consome, o capital é classificado como capital circulante ou fixo.

Um recurso didático que permite um melhor entendimento acerca dessa classificação é o seguinte exemplo. O trigo, se utilizado pelo padeiro com o objetivo de transformá-lo em farinha e depois vendê-lo sob a forma de pão, é classificado como capital circulante. O mesmo não se aplica ao lavrador que o adquire sob a forma de semente com o fim de cultivá-lo e colhê-lo após determinado período; então, o trigo é considerado capital fixo. Neste caso, fica claro que o capital poderá ser fixo ou circulante de acordo com seu emprego e seu fim. Mas, na verdade, o aspecto que os distingue é justamente o tempo de retorno.

Outra conclusão altamente relevante tirada por Ricardo é o fato de um mesmo montante de produto poder resultar de diferentes combinações de capital fixo e circulante. Por outro lado, as diferentes durabilidades do capital fixo e as alterações no salário são outros dois fatores a interferir de modo decisivo no valor da mercadoria.

Com relação à composição do capital, Ricardo apresenta dois bons exemplos que ilustram a influência de divergências em seus componentes para a equação do valor. Imagine-se dois artigos, aveia e tecido. Se ambos fossem produzidos com as mesmas proporções de capital fixo e circulante, se sua produção exigisse o mesmo tempo, assim como o

intervalo até seu lançamento no mercado, logicamente, seus valores seriam idênticos. Porém, suponha-se, agora, que a aveia mobilize maior quantidade de capital circulante e que o tecido seja intensivo em capital fixo. O valor da aveia, por conseguinte, será mais sensível a variações no salário. Neste caso, tais mudanças provocarão efeitos desiguais sobre o valor dos dois produtos.

Contudo, mesmo com uma suposta igualdade entre proporções de capital fixo e circulante, outro fator também interferiria na equação do valor: a durabilidade. Se dois produtores fabricarem mercadorias diferentes, mas com combinações de capital circulante e fixo idênticas, e a durabilidade das máquinas utilizadas pelos dois produtores for diferente, diferentes também serão as contribuições do capital fixo e diferente será o valor da mercadoria de um e de outro.

Obviamente, o tempo necessário à produção e lançamento de produtos no mercado varia consideravelmente de um mercado para outro. Tal problema abriu espaço para Ricardo abordar o efeito da taxa de lucro sobre o valor, tendo em conta o tempo de espera. Para efeitos didáticos, Ricardo recorreu ao seguinte exemplo (Quadro 1). Imagine-se, inicialmente, que dois produtores contratem cada qual 100 trabalhadores. O primeiro grupo trabalhará 100 horas na produção de trigo e o segundo grupo também trabalhará 100 horas na produção de uma máquina, ambos pelo período de um ano. Ao final desse primeiro intervalo de tempo, os dois grupos produziram mercadorias de igual valor, já que as porções de capital e trabalho envolvidas foram as mesmas.

Agora, suponha-se que, no ano seguinte, aquela mesma máquina serviu a mais 100 trabalhadores para executar a manufatura de uma dada quantidade de tecido de lã. Ao final desse segundo período (desde que se iniciou a produção da máquina), o valor gerado pelo grupo resultará em 200 unidades monetárias⁸ (100 do valor da máquina — trabalho mediato — adicionados aos outros 100, referentes ao custo do trabalho dos operários implicados na produção do tecido de lã — trabalho imediato). Ao mesmo tempo, o produtor de trigo continuou a produzi-lo, no segundo ano, simultaneamente ao produtor de tecidos. O valor gerado foi igual ao da máquina, já que foi utilizado igual contingente de homens, com salário idêntico ao do primeiro período.

8. Ricardo considera, neste exemplo, que, ao final do segundo período, as máquinas se depreciaram totalmente, agregando seu valor em trabalho ao produto final.

Ao final de dois anos, parecerá que o produto gerado pelos dois grupos será o mesmo, \$200.

Porém, na visão de Ricardo, isso não ocorre. E por uma razão bem simples. Ao final do primeiro ano, o valor gerado pelo produtor de trigo foi inteiramente repartido entre os envolvidos na produção, nada sendo, portanto, reinvestido. Por sua vez, o capital empregado pelo produtor de tecidos de lã, na forma de máquinas, manteve-se imobilizado, a fim de ser utilizado apenas no período subsequente. O lucro ficou para o fim do segundo período, quando, finalmente, estaria à disposição do capitalista. Este último certamente calculou o risco e o tempo de espera implicados no processo (no caso ilustrativo, 10 unidades monetárias). Como consequência, haverá um acréscimo ao valor da mercadoria, no caso \$10. Portanto, ao final dos dois períodos, o valor relativo da produção de tecidos de lã, \$210, deverá superar o da produção de trigo, \$200. À semelhança daquilo que ocorre com o salário, as variações na taxa de lucro também determinam importantes modificações nos valores dos dois produtos.

Quadro 1. Esquema comparativo do valor de duas mercadorias ao final de 2 períodos (anos)

Períodos	Produto			
Período 1:	100 h de trabalho de 100 homens → produção de 1 máquina = \$100 100 h de trabalho de 100 homens → dada quantidade de trigo = \$100			
Período 2:	100 h de trabalho de 100 homens → dada quantidade de trigo = \$100 1 ^o + 2 ^o período = 200 horas de trabalho = \$200			
	<table style="border: none;"> <tr> <td style="border: none;"> 100 h de trabalho da máquina (mediato) 100 h de trabalho de 100 homens (imediatos) </td> <td style="border: none; vertical-align: middle;"> } </td> <td style="border: none;"> 200 horas de trabalho = \$200 = \$200 (h/trab.) + \$10 (<i>t</i> de espera) = \$210 → valor do bem </td> </tr> </table> <p><i>Deve ser acrescida a esse valor a proporção referente ao tempo de espera e ao risco. No caso, será adotado, arbitrariamente, o valor de \$10. Portanto, o valor da produção de tecidos excederá nesta medida o valor da produção de trigo. Também é considerada a total depreciação da máquina ao final do processo de produção de tecido que exigiu as 100h de trabalho dos operários.</i></p>	100 h de trabalho da máquina (mediato) 100 h de trabalho de 100 homens (imediatos)	}	200 horas de trabalho = \$200 = \$200 (h/trab.) + \$10 (<i>t</i> de espera) = \$210 → valor do bem
100 h de trabalho da máquina (mediato) 100 h de trabalho de 100 homens (imediatos)	}	200 horas de trabalho = \$200 = \$200 (h/trab.) + \$10 (<i>t</i> de espera) = \$210 → valor do bem		

Quanto a alterações nos salários, no entanto, pelas diferenças de proporções de capital fixo e circulante, o valor do trigo é mais sensível

a variações nos níveis de salário do que o valor do tecido. O primeiro é mais intensivo em capital circulante, ao passo que o segundo é mais intensivo em capital fixo. Com relação à interatividade entre taxa de salário e taxa de lucro, no curto prazo, a elevação da primeira implicará necessariamente a redução da segunda ou vice-versa, de acordo com a concepção de Ricardo⁹. Destaque-se, porém, que o efeito do aumento de salário será desfavorável para a manufatura mais intensiva em capital fixo. Isso porque, em tese, as máquinas não ficam mais caras com o aumento de salários e que o repasse aos preços levaria a um aumento do lucro em termos absolutos, podendo induzir o ingresso de novos concorrentes.

Tendo em vista o problema colocado por Ricardo, no que concerne à variação do produto do trabalho, mesmo sem ser acompanhada do aumento dos salários, não é possível, portanto, estabelecê-lo como padrão invariável, a medida de todas as coisas em qualquer lugar e tempo, como postulava Smith. A fim de atender a essa questão, Ricardo chega a cogitar o ouro como tal parâmetro. Todavia, nem mesmo este poderia ser assim considerado, uma vez que sua composição de capital é diversa, em relação aos demais bens produzidos na economia. Em conclusão, Ricardo não consegue encontrar um padrão capaz de mensurar o valor de todas as coisas. A questão fica, portanto, em aberto¹⁰. A esse propósito, Ricardo discorre:

(...) se na produção do nosso dinheiro, por exemplo, fosse sempre requerida a mesma quantidade de trabalho — ainda assim, não teríamos um padrão ou medida invariável de valor perfeito, porque, como já tentei explicar, essa medida estaria sujeita a variações relativas provocadas por aumentos ou quedas de salários, segundo as diferentes proporções de capital fixo necessárias não só para produzi-la, como para produzir as demais mercadorias cujas mudanças de valor desejássemos verificar (1996:44).

Para finalizar, vale salientar que a visão ricardiana a respeito do valor coincide com a de Smith no que concerne ao preço “natural” da

9. Os verdadeiros adversários no sistema ricardiano são os capitalistas e os trabalhadores assalariados. Elevação do montante da renda monetária de uma classe ocorrerá necessariamente às expensas da outra: *qualquer providência que atue para reduzir salários (...) simultaneamente atuará para aumentar os lucros*, ou vice-versa (RIMA, 1977:175).

10. Essa questão só seria retomada muitas décadas depois pelo italiano Piero SRAFFA.

mercadoria. Apesar dos acréscimos à teoria, Ricardo alinhava-se a Smith no que concerne à questão de os preços nominais girarem em torno de um valor natural.

Denis (1980 apud Araújo, 1988:37), destaca *que a grande preocupação de Ricardo, no seu capítulo consagrado ao valor, é mostrar que os movimentos dos preços dependem das variações dos produtos, constituídos por seus diversos custos de produção, e não puramente em virtude das flutuações dos salários*. Entender tal proposição é fundamental ao entendimento da teoria da renda fundiária, que será apresentada a seguir.

4. A teoria da renda fundiária

Por volta de 1815, a Inglaterra vivia um dilema: preservar-se como economia baseada na agricultura ou aprofundar-se na industrialização. Outra questão em voga era o papel reservado à aristocracia rural no sistema sociopolítico vigente, resguardado pelas *Corn Laws* ou *Leis dos Cereais*. O Estado inglês buscara promover a agricultura doméstica, na ausência de grandes aumentos dos preços dos alimentos. As tarifas de importação de cereais praticadas pelo governo inglês alternavam-se em patamares ora mais altos ora mais baixos, segundo a oferta e a demanda, com o propósito de manter os preços em limites aceitáveis.

Todavia, durante a guerra contra a França, os preços e os custos de produção das *commodities* agrícolas se elevaram, mantendo os ganhos dos arrendatários (agricultores capitalistas) em um patamar extraordinário por um intervalo de tempo considerável. Contudo, ao final da guerra, os preços voltaram a cair, estimulando os agricultores a reivindicar a elevação das tarifas de importação, com o fito de se protegerem frente à concorrência estrangeira. Os defensores das *Leis dos Cereais* valiam-se até de argumentos essencialmente fisiocráticos, segundo os quais o crescimento econômico da nação dependeria da elevação da produtividade natural da terra, reforçados pela idéia de que o fortalecimento do setor agrícola era uma questão de defesa nacional, além de contribuir para a preservação das tradições.

Em contraposição, os industriais defendiam a revisão das *Leis dos Cereais*, sob o argumento de que as pressões altistas sobre os preços dos alimentos tinham repercussões perniciosas para a economia, uma vez que sua conseqüência natural era a elevação dos salários e, conseqüentemente, a redução dos lucros. O único remédio seria o repasse desse

aumento de custos por meio da majoração dos preços dos manufaturados ingleses. Não obstante, isso teria como reflexo a queda nas exportações de produtos industrializados, o que levaria à retração do produto industrial, sendo que o futuro do país, segundo eles, se assentava no desenvolvimento industrial. Deslocar o foco do crescimento econômico do setor industrial para o setor agrícola, a essa altura, significaria um grave retrocesso, com prejuízos provavelmente irreversíveis para a economia inglesa.

Ricardo posicionou-se favoravelmente aos industriais. Seus argumentos baseavam-se na tese de que os maiores beneficiários do aumento no preço do trigo, decorrente da elevação de tarifas de importação, eram os *landlords* e não os agricultores (arrendatários capitalistas), que defendiam veementemente as *Leis dos Cereais*. Aquelas terras, cuja taxa de produtividade era mais baixa e que ainda não ofereciam a alternativa da renda a seus detentores, logo passariam a ser cultivadas e gerariam renda fundiária. O resultado prático da manutenção dessa instituição promoveria, portanto, uma transferência de renda da classe de arrendatários e industriais para os proprietários de terras. Estes últimos, em vez de realizar investimentos produtivos, veriam crescer a capacidade de elevar seus gastos com bens de luxo e outras mordomias. A prejuízo da indústria, o padrão produtivo se deslocaria para a agricultura, em virtude do lucro extraordinário oferecido pela expansão do cultivo da terra. A parcela do produto social destinada ao investimento produtivo sofreria crescente declínio, acompanhado pela também crescente elevação do consumo perdulário dos *landlords*. Com efeito, o processo de acumulação de capital se tornaria cada mais lento, ocasionando uma desaceleração do crescimento da riqueza nacional.

A teoria de Ricardo extrapolava os limites de uma simples solução ao problema de sua época. A essência do pensamento desse economista foi além e tornou-se uma completa teoria sobre a distribuição do produto social entre as classes e suas conseqüências para o crescimento econômico. No prefácio de seus *Princípios*, Ricardo destaca que o objetivo primário da economia política é a explicação das leis que regem a distribuição da riqueza nacional entre as diversas classes sociais: proprietários de terra, capitalistas e trabalhadores. Os proprietários de terra ou latifundiários, via de regra, não cultivam o solo. Essa tarefa cabe aos agricultores, arrendatários capitalistas que pagam aluguéis pelo uso da

terra¹¹. Os trabalhadores são contratados pelos arrendatários capitalistas para cultivar o solo.

No entanto, o fato de Ricardo ater-se à distribuição não põe à margem o problema do crescimento da riqueza, como muitos pensam. Na verdade, o entendimento sistemático da distribuição da renda entre as classes que compõem a sociedade o leva, conseqüentemente, à investigação do crescimento econômico; todavia, tendo em mente essa divisão. Razão para tal é o fato de o esquema ricardiano considerar a forma como ocorre a distribuição de riqueza como aspecto determinante do crescimento econômico.

Após essas considerações iniciais, é possível, então, descrever genericamente sua teoria a respeito da renda fundiária ou sobre a repartição do produto. Esta foi construída com base na lei dos rendimentos decrescentes, segundo a qual à medida que é intensificado o cultivo da terra, o custo da empresa se eleva a taxas marginais superiores às dos rendimentos auferidos, tornando cada unidade adicional da produção agrícola mais cara¹².

Em um estágio primário, uma jovem nação possui população pouco numerosa, que ainda não exerce pressão sobre a oferta de recursos naturais. Deste modo, apenas uma parcela da terra é cultivada, justamente aquela mais fértil¹³, e a proporção da riqueza nacional cabível ao latifundiário, na forma de renda, é nula:

11. Segundo LEKACHMAN (1973:165), o arrendatário capitalista ou simplesmente agricultor era apenas *um capitalista que empregava seu capital na terra, e não numa fábrica*.

12. HEIMANN (1976) ressalta que a tese de Ricardo baseou-se na teoria dos rendimentos decrescentes que, embora desenvolvida com pouca clareza e precisão, remonta à obra de Thomas R. MALTHUS (1766-1834), que restringe sua aplicação à agricultura. Isso sem contar outras abordagens como a de Sir Edward WEST (1783-1828) — a exemplo de Malthus, restrita à agricultura. Antes ainda, James ANDERSON (1739-1808) o aplicara em relação ao aspecto fertilidade da terra: com o crescimento populacional, as terras menos férteis passam a ser cultivadas e, com isto, a produção de alimentos requer maiores custos. Todavia, a exposição mais clara sobre o tema é creditada a Jacques TURGOT (1727-1781), segundo a qual, o acréscimo contínuo de insumos de trabalho no cultivo de uma dada faixa de terras, partindo-se de uma baixa intensidade desses recursos, alcançará o ponto ótimo da combinação de ambos, a partir de onde haverá queda de produtividade em função da desproporcionalidade entre a velocidade do incremento do insumo trabalho e a velocidade do processo natural de produção do solo. Portanto, a curva de produto assume o formato de uma parábola.

13. Ricardo acrescenta que, nesse estágio primitivo, nem mesmo as terras mais férteis eram totalmente utilizadas.

Na colonização de um país bem dotado de terras ricas e férteis, das quais apenas uma pequena parte necessita ser cultivada para o sustento da população, e que pode ser cultivada com o capital de que essa população dispõe, não haverá renda: ninguém pagará pelo uso da terra, enquanto não houver uma grande extensão não ocupada e, portanto, ao alcance de quem deseja cultivá-la (Ricardo, 1996:50).

A ausência de renda nessa sociedade deve-se ao fato de as terras serem abundantes, assim como o são a água e o ar: *somente porque a terra não é ilimitada em quantidade nem uniforme na qualidade, e porque, com o crescimento da população, terras de qualidade inferior ou desvantajosamente situadas são postas em cultivo, a renda é paga por seu uso (ibid:51)*. Nesse estágio inicial, em que há ausência de renda fundiária, os lucros dos industriais correspondem a uma parte considerável do preço do produto.

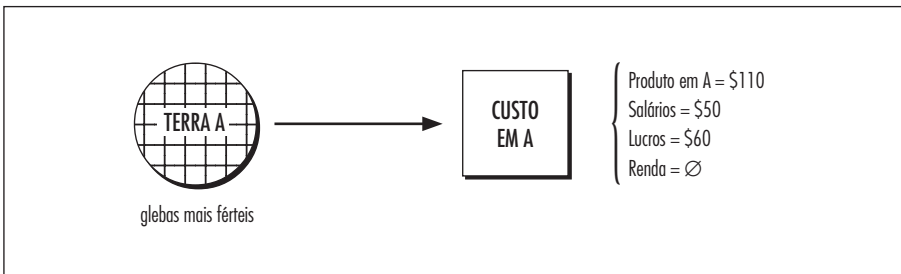
O reinvestimento dos lucros dos capitalistas no próprio desenvolvimento industrial implica a ampliação da demanda por trabalho e faz aumentar a população, contribuindo para a manutenção do salário em um patamar próximo à sua taxa natural, ou seja, no âmbito de subsistência. O crescimento populacional concorreria para a expansão das terras cultivadas com o fim de fazer jus ao aumento da demanda de alimentos. Em certo momento, até mesmo as terras de baixa produtividade teriam de ser cultivadas, os preços dos alimentos alcançariam níveis muito elevados e o custo da mão-de-obra acompanharia esses aumentos, para que se mantivessem os salários em seu nível de subsistência. Os custos de produção de manufaturados subiriam, os lucros cairiam e, com isso, o montante de recursos destinados ao investimento seria reduzido. A continuidade desse processo, segundo Ricardo, levaria a sociedade a um estágio tal em que as taxas de crescimento econômico e de acumulação de capital obedeceriam um ritmo cada vez mais lento, chegando à estagnação ou o chamado *estágio estacionário*.

Nesse estágio de desenvolvimento, haveria população numerosa, extensa faixa de terras cultivadas, indústria desenvolvida e alta produção. A poupança e a acumulação seriam suficientes à reposição do capital, muito embora insuficientes à sua expansão. Para se evitar a chegada a esse ponto, a única saída seria eliminar todos os obstáculos à maximização dos lucros, para que o potencial de acumulação de capital pudesse se realizar.

A compreensão acerca do surgimento da renda pode ser simplificada a partir do esquema apresentado abaixo. A proposição ricardiana parte do pressuposto de que os lucros por unidade monetária de investimento e salários-hora pagos aos trabalhadores sejam iguais, na existência de completa mobilidade de capital e tendência do salário a um mínimo necessário à sobrevivência do trabalhador.

O círculo abaixo representa uma faixa de terra, “A”. Naquele estágio inicial da sociedade, de população ainda numerosa, a porção de terra “A”, que pertence à área mais fértil, proporciona determinado volume de trigo, por exemplo, a um dado custo em capital e trabalho. Obviamente, o preço pelo qual é vendido esse *quantum* de trigo cobre pelo menos os custos implicados em sua produção, sem o que o capitalista não teria interesse em produzir.

Figura 1. Produção e distribuição de riqueza com cultivo das terras mais férteis

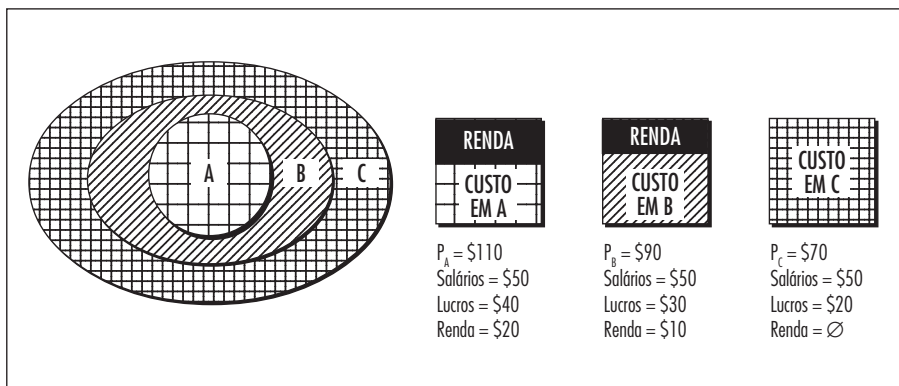


Suponha-se, agora, que a população aumente, fazendo jus às premissas malthusianas, e isto leve à utilização de nova faixa de terra, *B*, cuja produtividade seja menor do que a de *A*. Os preços do trigo deverão subir em função da elevação dos custos para o cultivo de *B*, pois a qualidade dessas terras obriga que mais capital e mais trabalho sejam utilizados para a produção da mesma quantidade de trigo. A consequência natural disso é o aumento do preço do produto. Isto porque, os detentores da terra *A*, tendo em conta o valor de troca do trigo, no mercado, só a cederão sob a condição de os capitalistas lhes pagarem um aluguel, ou seja, uma renda pelo seu uso, uma vez que suas terras, agora são escassas e alvo de competição. Se o capitalista que as cultivava se negar a pagar o aluguel por sua utilização, outro o fará.

Quanto ao limite possível para essa renda, vale destacar o seguinte. Uma vez que a produção de trigo na terra *A* envolve menos custos e o preço mínimo deste bem será vendido ao equivalente aos custos de produção do trigo na terra *B*, a diferença entre seu preço de mercado e os custos envolvidos, que são inferiores aos de *B*, passará às mãos dos latifundiários na forma de renda. O uso da terra *B*, no entanto, ainda não é passível do pagamento de renda, pois solos desta qualidade ainda são abundantes.

No entanto, a cada vez que o aumento populacional obrigar o cultivo de terras marginais, menos férteis, a renda surgirá na faixa anterior. Simultaneamente, o preço dos gêneros agrícolas produzidos na gleba marginal sempre servirá de referência à determinação de preços nas demais; e a parcela diferencial entre os custos de produção na última faixa de terra também determinará automaticamente a renda fundiária das demais. Exatamente como no esquema abaixo:

Figura 2. Determinação da renda fundiária nas faixas de terras anteriores à menos fértil



5. A teoria das vantagens comparativas

O interesse de Ricardo, assim como sua contribuição, no campo do comércio internacional, encontra perfeita conexão com sua abordagem do valor e da distribuição. O modelo de Ricardo pressupunha concorrência perfeita, custos de produção constantes, ausência de custos de transportes, comércio bilateral (dois países, dois bens), trabalho como

único fator de produção, e, ainda, total imobilidade de capital entre os envolvidos no comércio.

A relação inversamente proporcional entre salários e lucros foi exatamente o ponto de partida de sua teoria. Como foi apresentado anteriormente, na presença de mecanismos de proteção, especialmente no setor agrícola, a tendência natural do sistema econômico era a elevação dos preços reais dos bens de salário ou bens de subsistência¹⁴, com impactos bastante negativos para o lucro e, por conseguinte, para o ritmo de crescimento econômico. A política econômica adequada ao adiamento do estado estacionário fundava-se na promoção do comércio exterior; por isso, sua defesa do fim das *Leis dos Cereais*.

As vantagens do livre comércio já haviam sido objeto da análise de Smith, que não avançou o limite representado pelos escritos antimerkantistas do século XVIII. Sua teoria fundou-se na presença de vantagens absolutas (maior eficiência na produção¹⁵) para que o comércio exterior fosse mutuamente benéfico. Ou seja, a nação que produzisse determinada mercadoria a um menor custo de produção deveria especializar-se no ramo e importar os bens nos quais não possuísse tal vantagem. A abordagem do comércio internacional, realizada por Ricardo, representou um avanço significativo:

O comércio exterior para uma nação seria vantajoso até mesmo nos casos em que ela pudesse produzir internamente a custos mais baixos do que os da nação parceira, desde que, em termos relativos, as produtividades de cada uma fossem relativamente diferentes. Assim, a especialização internacional seria mutuamente vantajosa em todos os casos em que as nações parceiras canalizassem os seus recursos para a produção daqueles bens em que sua eficiência fosse relativamente maior (Rossetti, 1994:758).

Na teoria de Ricardo, a chave para a especialização consistia na existência de vantagens comparativas. O conceito de vantagem relativa consiste na existência de diferenças no trabalho incorporado do fabrico de determinada mercadoria, inicialmente produzida por dois parceiros

14. A argumentação de Ricardo a favor do fim da proteção alfandegária aos cereais encontra sentido no fato de que os benefícios oferecidos pelo comércio exterior ocorrem justamente sobre esses produtos e não sobre os bens de luxo.

15. O modelo de Smith pressupunha como termo de comparação dos padrões de eficiência entre países o fator trabalho.

comerciais. O custo de oportunidade¹⁶ será o fator determinante da especialização. No modelo de dois países e duas mercadorias, utilizado por Ricardo para demonstrar a existência de benefícios mútuos, uma delas será produzida por um dos dois países com menor trabalho incorporado. Nesse caso, o país que mantiver tal vantagem deverá produzi-la e o outro, que não a possui, deverá importá-la de seu parceiro comercial.

A hipótese utilizada por Ricardo — e que se tornou clássica — pressupunha dois países, Portugal e Inglaterra, ambos produtores de vinho e tecido. Determinada quantidade de vinho requeria, na Inglaterra, o trabalho de 120 homens, e em Portugal, o de 80 homens. Por outro lado, uma dada quantidade de tecido exigia o trabalho de 100 homens, na Inglaterra, e 90, em Portugal. (vide tabela 1).

Tabela 1. Quantidade de mão-de-obra exigida para a produção de duas mercadorias, vinho e tecido

Países	Vinho	Tecido
Portugal	80	90
Inglaterra	120	100

Portugal mantém vantagens absolutas na produção das duas mercadorias, pois produz ambas por um custo inferior em relação à Inglaterra. Sob a ótica das vantagens comparativas, os preços internos relativos (em trabalho incorporado) assumem importância crucial. É isso que permite concluir que a fabricação de tecidos na Inglaterra é comparativamente mais barata do que o fabrico de vinho. O inverso verificase em Portugal. Convertendo as palavras em números, a relação vinho por tecido na Inglaterra é de 1,2 e a de tecido por vinho é de 0,83. A relação vinho por tecido, em Portugal, é de 0,88, enquanto a de tecido por vinho é de 1,12. (vide tabela 2).

Os números revelam, portanto, que a Inglaterra deveria importar vinho de Portugal, e este, por sua vez, importar tecidos da Inglaterra. O comércio, neste caso, promoveu a redução do sacrifício de mão-de-obra na produção dos dois bens, ao mesmo tempo em que aumentou

16. Custo de oportunidade de um bem ou serviço é a alternativa que deve ser sacrificada para se produzir uma unidade adicional de um segundo bem ou serviço.

o bem-estar do consumidor dos dois países, pois o custo de produção foi reduzido e, em tese, as quantidades dos bens em questão também poderão se expandir em ambos.

Tabela 2. Hipótese simplificada de vantagens relativas

Países	Relação vinho/tecido	Relação tecido/vinho
Portugal	0,88	1,12
Inglaterra	1,20	0,83

O comércio internacional, mediante a especialização e a divisão internacional do trabalho, considerando-se a dotação de recursos naturais, capital ou trabalho, aumenta a eficiência no emprego de recursos, elevando a renda real e a produção dos parceiros comerciais. Nas palavras do próprio Ricardo (1996:97):

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio.

A teoria das vantagens comparativas, desenvolvida por Ricardo, se não se aproximou de um axioma, certamente fundou as bases da teoria clássica do comércio internacional. O modelo analítico ricardiano propunha um sistema de comércio fundamentado no padrão-ouro e no livre mercado. Conquanto o padrão-ouro tenha caído por terra em começos do século XX, momento em que a Inglaterra perdeu sua hegemonia, até o início dos anos cinquenta, a tese ricardiana das vantagens comparativas ainda se mantinha viva. A propósito, na época, seus elementos essenciais norteavam os debates sobre a necessidade de industrialização dos países da América Latina, a despeito da menor eficiência de suas indústrias em relação às dos países desenvolvidos.

As críticas ao esquema lógico ricardiano (referente ao comércio exterior) normalmente partiam de constatações sobre imperfeições de mercado. Afinal, seu cerne conservava viva e forte a ideologia do *laissez faire*, que fora abalado durante o episódio da Grande Depressão dos anos 1930. E, nas cinco décadas subseqüentes, o liberalismo permaneceria afastado da mente da maioria dos economistas e políticos. Mas, há algum tempo, falar no livre comércio preconizado da forma como o fez David Ricardo deixou de ser simples tributo a um dos maiores personagens da história do pensamento econômico. O princípio se fazia verbo novamente e suas idéias vicejavam nos discursos pró-globalização, típico dos anos 1990. A teoria ricardiana pode ter sido aperfeiçoada, ter recebido refinamentos, mas, em essência, permanece tão vigorosa como a argúcia de seu criador. Todavia, assim como em sua época, na prática, o protecionismo tem sido uma constante, muito mais do que a tão propalada liberdade de mercado. Esse é justamente o caso dos mercados onde os países em desenvolvimento concentram vantagens comparativas em relação aos países ricos: os mercados de *commodities*. Na verdade, a bandeira do livre comércio tem sido hasteada reservadamente para os mercados mais dinâmicos, os quais são inteiramente dominados pelos países desenvolvidos.

Considerações Finais

A economia ricardiana consolidou a análise clássica. A alta capacidade de impor sua verdade tornou Ricardo o maior representante dessa tradição. Assim o fez em relação à lei de Say, a qual consistia em dois pressupostos básicos. O primeiro: os indivíduos produzem mercadorias para trocá-las por outras que não possuem; o segundo: toda a produção gera sua própria demanda. Em outras palavras, em uma sociedade capitalista, como as mercadorias são produzidas não para consumir e sim para serem intercambiadas, sua fabricação redundava automaticamente em geração de poder aquisitivo e, portanto, demanda. Entre as inúmeras implicações para a economia, talvez a principal fosse que a negação de crises sistêmicas. Um ou outro setor econômico poderia ser afetado por quedas na demanda, mas jamais todo o sistema econômico seria atingido. A livre circulação de capitais acabaria promovendo o auto-equilíbrio do mercado ou segmento em crise.

Tal idéia já se encontrava implícita em *A riqueza das nações*. Jean-Baptiste Say, “discípulo” e divulgador de Smith na França, teria desnuda-

do a tal lei em seu *Tratado de Economia Política*, de 1803. Mas foi Ricardo quem lhe deu os retoques finais, aperfeiçoando-a e eliminando suas incoerências originais. Por mais de cem anos, a coincidência ou mesmo a miopia dos economistas que sucederam Ricardo não lhe impuseram obstáculo significativo. Somente Malthus, por muito tempo considerado excêntrico, impôs-lhe termo, todavia, sem sucesso. Ricardo quase nunca recorria a fatos para convencer seus parceiros ou vencer seus adversários. Sua análise era essencialmente lógico-dedutiva. Foram necessárias a pressão dos fatos (a Grande Depressão dos anos 1930) e a argúcia de *lord* Keynes para minar a fundamentação ricardiana da lei de Say.

Keynes criticou e resgatou Malthus, rendendo a este honras póstumas pelo pioneirismo na teoria dos ciclos econômicos. A Keynes, como já mencionado anteriormente, juntou-se Schumpeter. Mas, como sempre, Ricardo continuou tendo como adeptos grandes figuras. Foram os exemplos de Walras, Marshall e Wicksell. Da mesma forma que cientistas econômicos atacaram ou atacam Ricardo, uma grande parte deles reafirma sua preeminência no campo da metodologia econômica, chegando mesmo a reconhecê-lo como mentor da técnica da ciência econômica. Simultaneamente, se fatos como a Grande Depressão lhe impuseram baixas, o tempo não tardará em compensá-lo enquanto o vento soprar a favor do capitalismo e o livre comércio. Enquanto isso, suas idéias resistirão vigorosamente nos manuais de economia.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, C. R. V. (1988). *História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória*. São Paulo: Atlas.
- BARBER, W. J. (1976). *Uma história do pensamento econômico*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- BUCHHOLZ, T. G. (2000). *Novas idéias de economistas mortos*. Rio de Janeiro: Record.
- FEIJÓ, R. L. C. (2001). *História do pensamento econômico: de Lao-Tse a Robert Lucas*. São Paulo: Atlas.
- FUSFELD, D. R. (2001). *A era do economista*. São Paulo: Saraiva.
- HEILBRONER, R. (1980). *A formação da sociedade econômica*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogar.
- _____. (1996). *A história do pensamento econômico*. 6^a ed. São Paulo: Nova Cultural.

- HEIMANN, E. (1976) *História das doutrinas econômicas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- HUGON, P. (1982). *História das doutrinas econômicas*. 14ª ed. São Paulo: Atlas.
- HUNT, E. K. (1981). *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Campus.
- LEKACHMAN, R. (1973). *História das idéias econômicas*. Rio de Janeiro: Bloch.
- NAPOLEONI, C. (2000). *Smith, Ricardo, Marx*. São Paulo: Graal.
- OSER, J.; Blanchfield, W. (1989). *História do pensamento econômico*. São Paulo: Atlas.
- PAIVA, C. A. N. (1997). Ricardo e a economia moderna. In: Carneiro, R. (org.). *Os clássicos da economia*. São Paulo: Ática.
- RIMA, I. (1997). *História do pensamento econômico*. São Paulo: Atlas.
- RICARDO, D. (1996). *Princípios de economia política e tributação*. Coleção *Os economistas*. São Paulo: Nova Cultural.
- ROLL, E. (1971). *História das doutrinas econômicas*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.
- ROSSETTI, J. P. (1994). *Introdução à Economia*. São Paulo: Atlas.